



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Modernidade, Incerteza e Risco [AT]

O RISCO E A INCERTEZA: COMPONENTES INELUTÁVEIS DA TOMADA DE DECISÃO NO PROJETO DA MODERNIDADE

CARVALHO, Maria João De

Doutora

Organização e Administração Escolares

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

mjcc@utad.pt

GONÇALVES, Maria Neves

Doutora, História da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

maria.neves.g@gmail.com

BRÁS, José Viegas

Doutor

História da Educação Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

zevibras@gmail.com

Resumo

O processo de modernização social concorre de forma veemente para um aumento significativo dos riscos sociais que se fazem sentir tanto a nível individual como coletivo, conectados e em correspondência direta com a imprevisibilidade que percorre os modos de vida de homens e mulheres. A contemporaneidade nas suas múltiplas manifestações deu aos conceitos de risco e incerteza visibilidade, diríamos até centralidade, por isso as várias abordagens de que tem sido alvo. Numa tentativa de os dominar o sujeito elabora cenários possíveis de se definirem no futuro, mas sem a absoluta convicção de que outras situações não acontecem. O nosso mundo é representativo de uma incerteza que ainda não se encontra domada. Não nos é possível evitar essa condição de risco própria da natureza e da vida social, as mesmas que se encontram cada vez mais articuladas com a contingência e o acaso. São estas contingências e as situações imprevisíveis que introduzem novas dinâmicas de mudança na realidade atual.

Abstract

Risk and doubt: ineluctable components of decision making in the modernity Project

The process of social modernization competes vehemently to a significant increase of social risks that are felt individually as collectively, connected and in direct correspondence with the unpredictability that runs the men and women's lifestyles.

The contemporaneity in its multiple manifestations gave to the concept of risk and doubt visibility, we might say as centrality, so the several approaches that it have been targeted. In an attempt to dominate the concept of risk and doubt the subject prepares several scenarios for the future, but without certain that other situations could happen. Our world is representative of a doubt witch is not tamed. We cannot avoid that risk condition own of nature and social life, the same that are articulated with contingency and chance. These contingencies an unforeseen situations introduce new dynamics of change in the current reality.

Palavras-chave: decisão; risco; incerteza; modernidade

Keywords: decision; risk; uncertainty; modernity

Introdução

O processo de modernização social concorre de forma veemente para um aumento significativo dos riscos sociais que se fazem sentir tanto a nível individual como coletivo, conectados e em correspondência direta com a imprevisibilidade que percorre os modos de vida de homens e mulheres.

A contemporaneidade nas suas múltiplas manifestações deu aos conceitos de risco e incerteza visibilidade, diríamos até centralidade, por isso as várias abordagens de que tem sido alvo. Numa tentativa de os dominar o sujeito elabora cenários possíveis de se definirem no futuro, mas sem a absoluta convicção de que outras situações não acontecem. O nosso mundo é representativo de uma incerteza que ainda não se encontra domada. Não nos é possível evitar essa condição de risco própria da natureza e da vida social, as mesmas que se encontram cada vez mais articuladas com a contingência e o acaso. São estas contingências e as situações imprevisíveis que introduzem novas dinâmicas de mudança na realidade atual.

Certo é que o fenómeno da globalização faz-se sentir na efetiva distribuição dos riscos, efeito da progressiva debilidade das fronteiras da regulação social. Esta *sociedade de risco*, conceção aventada por Beck, protagonizada pelos sujeitos não se encontra acabada, o seu estado é dinâmico, muito embora tal dinamismo diga respeito a um crescente número de novas situações que nos obrigam a vivenciar novos riscos, ao mesmo tempo que nos sentimos a desempenhar um duplo papel, de consumidores e de produtores desses mesmos riscos.

1. Modernidade e capitalismo

O que impele as sociedades em diferentes épocas à mudança de paradigma é o estado de espírito que nos obriga à constatação de que frequentemente nos confrontamos com um número crescente de problemas, de autênticos desafios originados pelas possíveis soluções e o reconhecimento da premente necessidade de romper com o instituído, de alcançar uma nova ordem que, ao suceder à anterior, permita resolver as múltiplas situações dilemáticas.

Serão os comportamentos e, concomitantemente, o papel que cada homem e mulher desempenham que serão usados princípios da sua definição. Passarão a ser percebidos por aquilo que fazem e será a própria sociedade a explicar a sua individualidade e a sua origem, prescindindo-se, desta feita, de qualquer outro tipo de autoridade que lhe possa ser exterior. Sociedade e indivíduo fundem-se como se de o mesmo se tratasse. De resto, o interesse do indivíduo deve submeter-se ao interesse da coletividade passando o bem a ser conotado com o que é útil à sociedade e o mal com o que impede a sua eficácia.

Em meados do século XIX este processo de Modernidade viu-se atravessado por um outro, o Capitalismo, que embora passando a ser considerado parte integrante do primeiro é dele independente. Contudo, ao ter adquirido uma posição dominante face a outros modos de produção industrial, posição que indiscutivelmente continua a manter na atualidade, tornou difícil evitar que com ele se confundisse.

O que explica o fortalecimento dos princípios do *Mercado* e do *Estado* é o facto de a Modernidade se encontrar enformada por uma conjuntura que valoriza o sujeito enquanto detentor de liberdade, compreendida como autonomia, na medida em que recusa qualquer autoridade exterior a si mesmo. Como refere Renaut, “já não aceita receber as suas normas e leis nem da natureza das coisas nem de Deus, mas pretende escolhê-las e fundamentá-las ele próprio a partir da sua razão e da sua vontade” (1999, p.9), acabando por favorecer a manipulação da natureza à sua compreensão, o que condicionou a emergência da ideia de um progresso que, posteriormente, se viu articulado, ou mesmo vinculado ao Capitalismo, que como modo de produção hegemónico tem como ponto de partida e ponto de chegada só mais capitalismo.

Se para alguns o capitalismo é representativo dos progressos da razão traduzidos pela caminhada triunfante do lucro e do mercado, no caso de Weber esta visão não deixa de ser reducionista na medida em que tudo circunscreve ao puramente económico. O autor, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, apresenta o capitalista como aquele que se encontra provido de uma vocação, desempenhando o trabalho, por exigência da sua fé, o modo que permite o desprendimento do mundo chegando a considerar que a

“racionalização da conduta no mundo com vista ao futuro extraterreno foi o efeito da concepção da profissão como vocação” (1996, p.123).

Inequívoco é que o protagonismo da razão se estende a todos os domínios ao desempenhar um papel preponderante na construção de um mundo racional que concilie os fundamentos da *Regulação* e da *Emancipação* com tradução na completa racionalização da vida. Este propósito da Modernidade é, de acordo com Sousa Santos, de difícil concretização. Por isso diz:

“Olhando para trás, é fácil concluir que a ousadia de um propósito tão vasto contém em si a semente do seu fracasso: promessas incumpridas e défices irremediáveis. Cada um dos pilares, e porque ambos assentam em princípios abstractos, tende a maximizar o seu potencial próprio, quer pela maximização da regulação quer pela maximização da emancipação, prejudicando, assim o êxito de qualquer estratégia de compromissos pragmáticos entre ambos. Para além disso, os referidos pilares assentam em princípios independentes e dotados de diferenciação funcional, cada um dos quais tende a desenvolver uma vocação maximalista” (2000, p.48).

Se *Estado*, *Mercado* e *Comunidade* formam a base triangular do pilar da *Regulação*, de acordo com o autor supracitado, então estamos em crer que o desenvolvimento a que foram sujeitos não foi uniforme, existindo uma efetiva assimetria no modo como o princípio de *Mercado* foi valorizado relativamente aos restantes. A tão almejada *emancipação* deixou de coexistir dialeticamente com a *regulação* para por ela ser absorvida, consequência do império dos critérios da eficiência e eficácia, caros à força produtiva em que se transformou a ciência, agora convertida no recurso facultado pela Modernidade mais capaz na gestão de qualquer situação problemática, o que explica a hegemonia desses mesmos critérios que se transformaram na manifestação efetiva da racionalidade instrumental.

Em nome da objetividade e do rigor impediu-se a presença a qualquer perspectiva axiológica ou a qualquer particularidade humana, facto que concorreu para a separação entre sujeito e objeto, transformando-os em elementos dicotómicos, que excluem a possibilidade de comunicação, ou seja, transforma o objeto sempre num outro desumanizado, o que se revelou profícuo ao desenvolvimento e fortalecimento da racionalidade instrumental que privilegiou o dualismo sujeito/objeto que, para Sousa Santos, “Corresponde ao momento da ignorância, ao colonialismo, que é nada mais, nada menos do que a incapacidade de estabelecer relação com o outro a não ser transformando-o em objecto. O saber enquanto solidariedade visa substituir o objecto-para-o-sujeito pela reciprocidade entre sujeitos” (2000, P.79).

2. Invadir a natureza: um benefício que vale a incerteza?

Auferir benefícios foi o mote para se instalar a abusiva imprudência no modo como nos passamos a relacionar com a natureza, o que se mostrou como condição suficiente para a destruímos. Hoje sentimos a presença constante de um ambiente aniquilado, de ameaças que se vêm libertas de qualquer obstáculo que impeça o seu crescente desenvolvimento, de um sujeito reduzido à condição de mercadoria. A tão desejada harmonia entre os povos é um propósito cada vez mais longínquo de vermos concretizado porque a guerra, ou mais propriamente as formas tecnológicas que lhe estão subjacentes, permitem a morte e a destruição em larga escala, e se outrora já temíamos a guerra, hoje temos motivos em excesso para a persistência desse sentimento, mas de modo agravado. O fosso cavado entre pobres e ricos não para de se intensificar, votando por terra o projeto de uma sociedade mais justa e livre; explora-se o trabalho das crianças, frequentemente realizado em condições deploráveis; a dignidade humana é posta em causa; impera a violência e o ostracismo nas suas múltiplas formas. Tal conjuntura impele-nos à reflexão sobre os processos de decisão e, até, a concluir pelo falhanço da racionalização desses mesmos processos. Fomos subestimando o poder de a natureza nos surpreender e mantivemos uma urgência doentia em a invadir, sempre relutantes em aceitar a existência de riscos que se tornam impossíveis de calcular o que, conseqüentemente, nos obrigou a uma existência de incertezas que sistematicamente experimentamos, e onde

“Estamos todos, quer queiramos quer não, presos numa grande experiência que é obra nossa – enquanto agentes humanos – mas que simultaneamente e num grau imponderável, está fora do nosso controlo. Não se trata de uma experiência no sentido laboratorial, porque não governamos os resultados dentro de parâmetros fixos, é mais como uma aventura em que cada um de nós tem de participar, quer goste ou não” (Giddens, 2000, p.56).

É sabido que a incerteza não é uma invenção moderna. Desde sempre se conviveu com o sentimento de insegurança ao percebermos a existência de factos acidentais que se afastavam da normal ordem do cosmos. Mas, nunca, até à entrada da Modernidade se experienciou a categoria da incerteza de modo tão agravado. O entendimento que tínhamos acerca da imprevisibilidade provia-se de uma certa harmonia, própria de uma conceptualização de um mundo que em si integrava o visível e o invisível como sua totalidade.

Esta perspetiva deixou de satisfazer quando a complexidade do saber, e do que ele acarretou para a sociedade moderna, passou a ditar uma nova forma de vida. Passado e futuro confrontam-se como estados que comportam limites fixados, tornando estranha a sua perceção de contínuo temporal. O amanhã será causado pelas decisões que no presente são tomadas, o que manifesta a dependência de ambos, pois, e de acordo com Luhman, “sólo se pueden tomar decisiones si y en la medida en que no está establecido o que habrá de ocurrir” (1998, p.159).

A probabilidade toma a dianteira em qualquer conjuntura. Deixou de ser pertinente falar de cenário futuro no singular, porque o que no presente se vislumbra acontece diversamente no futuro.

Esta é a face, diríamos, mais tenebrosa deste paradigma, não obstante existir um outro lado que não permite que fujamos à evidência de um mundo que se mostrou provido de múltiplas oportunidades criando condições para que o ser humano usufrua de uma existência mais confortável e compensadora. Mas a Modernidade, na sua contínua atividade, não obstante os acidentes naturais, socializa ao limite a natureza sujeitando-a à tomada de decisão do agente humano.

É neste contexto que começamos a ser invadidos por um sentimento de desconforto, fruto do desmoronamento das pretensões deste paradigma, pois, muito embora a nossa capacidade para agir tenha aumentado de forma notável, também passou a ser notável a repercussão no tempo e no espaço deste mesmo agir, muitas das vezes sobrepondo-se à própria ação. Acresce a este facto a discrepância reconhecida entre a ação e a previsão que sugere, por um lado, uma atitude que põe em causa o desenvolvimento e, por outro, impele a um urgente contínuo desenvolvimento. São perspetivas que nos posicionam em diferentes campos e para as quais, aparentemente, parece não existir qualquer possibilidade de intersecção, pois ver o progresso como o modo por excelência de resolução dos nossos problemas é um modo contrário àquele em que se visiona o progresso como sendo ele próprio um grave problema.

O que é caricato é reconhecermos que cada uma das perspetivas implicar a outra, como se cada uma fosse devedora da outra, e que se hoje nos obrigamos a refletir sobre este cenário, não devemos ficar paralisados pela *descoberta* chocante de que foi o aumento do conhecimento originado pela racionalidade subjacente ao paradigma da Modernidade que nos permitiu avaliar a fraqueza da base em que se edificou o mesmo paradigma.

Estamos, a nosso ver, perante posicionamentos radicais que só são válidos teoricamente, radicalidade que se dilui quando regressados às práticas do quotidiano, porque aqui o entendimento é de um progresso que nem é completamente bom nem completamente mau. À semelhança do que acontece com múltiplos valores apresenta-se como bipolar, ao que se acrescenta a sua necessidade, irreversibilidade e, igualmente, a inevitabilidade. Um regresso às origens seria uma ideia que em nada agradaria à maioria dos sujeitos, o que não é sinónimo destes mesmos sujeitos não reconhecerem a necessidade premente de fazerem do progresso aquilo que ele é, um meio para e não um fim em si mesmo, o que já permitia atenuar alguns dos seus aspetos mais negativos.

3. A Centralidade do Conceito de Risco

O processo de modernização social concorre de forma veemente para um aumento significativo dos riscos sociais que se fazem sentir tanto a nível individual como coletivo, conectados e em correspondência direta com a imprevisibilidade que percorre os modos de vida dos sujeitos.

Etimologicamente a noção de risco, ao significar um número de circunstâncias favoráveis a um dado acontecimento aleatório, revestia-se de neutralidade. Ausente estava qualquer marca de negatividade ou positividade. Foram as sociedades modernas ocidentais que ao imprimirem à categoria do risco uma conotação pejorativa lhe alteraram o seu significado de origem. Aqui, a eventualidade de um acontecimento pressupõe um rigoroso cálculo que funciona como suporte ao processo decisório visando anular qualquer possibilidade de perigo.

A contemporaneidade nas suas múltiplas manifestações deu ao conceito de risco visibilidade, diríamos até centralidade, por isso as várias abordagens de que tem sido alvo. Numa tentativa de dominar o risco o sujeito elabora cenários possíveis de se definirem no futuro, mas sem a absoluta convicção de que outras situações não acontecem.

O nosso mundo é representativo de uma incerteza que ainda não se encontra domada. Não nos é possível evitar essa condição de risco própria da natureza e da vida social, as mesmas que se encontram cada vez mais articuladas com a contingência e o acaso. São estas contingências e as situações imprevisíveis que introduzem novas dinâmicas de mudança na realidade atual.

É interessante verificar a diferente conceptualização que alguns autores atribuem à noção de risco, muito embora salvaguardando a importância do risco no debate do projeto da Modernidade.

A situação dramática em que a humanidade se encontra é traduzida em Beck pela ideia de *sociedade de risco*. Desta sociedade todos fazem parte porque os riscos não discriminam, difundem-se de tal modo que se assumem como sempre presentes, afetando “más tarde o más temprano también a quienes los producen o se benefician de ellos. Contienen un efecto bumerang que hace saltar por los aires el esquema de classes. Tampoco los ricos y poderosos están seguros ante ellos” (1989, p.29), o que não permite, relativamente ao seu impacto, tornar omissos o seu carácter de democraticidade.

Democraticidade que a nosso ver não é assim tão horizontal ou linear, porque o modo como a propagação dos seus efeitos se faz sentir não é igualitária; uns sentem-nos mais que outros, o que vai na linha defendida por Carpinheiro ao dizer que os mesmos difundem “os seus efeitos de uma forma desigual e originando diferentes modelos de gestão do risco social” (2002, p.206). Esta presença constitutiva dos riscos não se faz somente sentir no presente, é uma presença que se prolonga no tempo, mesmo que esse tempo ainda não tenha tido lugar, motivo que leva Beck a distinguir entre riscos *reais* e *irreais* que o próprio consubstancia na ideia de que:

“Por una parte, muchos peligros y destrucciones ya son reales: aguas contaminadas y moribundas, la destrucción del bosque, nuevas enfermedades, etc. Por otra parte, la auténtica pujanza social del argumento del riesgo reside en la proyección de amenazas para el futuro. Son, en este sentido, riesgos que allí donde hacen acto de aparición causan destrucciones de una medida tal que actuar después de ellas se vuelve prácticamente imposible” (1989, p.39).

O fenómeno de globalização faz-se sentir na efetiva distribuição dos riscos, efeito da progressiva debilidade das fronteiras da regulação social.

Analisada por Beck, esta *sociedade de risco* protagonizada pelos sujeitos não se encontra acabada, o seu estado é dinâmico, muito embora tal dinamismo diga respeito a um crescente número de novas situações que nos obrigam a vivenciar novos riscos, ao mesmo tempo que nos sentimos a desempenhar um duplo papel, de consumidores e de produtores desses mesmos riscos. Muito embora reconheça o cruzamento e a fusão existente entre os conceitos de risco e perigo, Giddens distingue-os entre si, considerando que é o primeiro quem causa o segundo uma vez que, na sua ótica, os perigos fazem-se sentir em circunstâncias de risco. É o que se deduz quando diz:

“Uma pessoa que arrisca alguma coisa desafia o perigo, sendo este entendido como uma ameaça para os resultados desejados. Qualquer pessoa que assuma um risco calculado está consciente da ameaça, ou ameaças, que uma determinada linha de acção acarreta” (2000, p.24).

Conclusão

O risco parece apresentar-se impossível de se desligar do projeto da Modernidade, diríamos até que é sua parte constitutiva. A criação de uma nova ordem, distinta e independente da anterior, mais do que sugerir torna explícita uma atitude de risco, a mesma que nos leva à mudança, ao novo, muito embora seja um novo que se perspectiva isento de qualquer vestígio de incerteza, ou seja, sujeito a controlo. Comprometida ficou a promessa de uma melhoria de vida, de melhor e maior desenvolvimento e progresso, devido à produção de novos riscos que saíram do horizonte da previsibilidade, o que acarretou alterações significativas no modelo de gestão das incertezas provocando, simultaneamente, um desajuste nas instituições cujo objetivo seria proporcionar bem-estar social. Os riscos passaram a depender das decisões, mais propriamente das consequências inerentes à sua prática.

Com efeito, o que é pouco animador é a consciência de que independentemente da decisão pela qual o agente humano opte, os riscos e a insegurança que daí decorrem nunca estão omissos, o que temos é outros riscos. E se a sociedade em que vivemos exige que sejam tomadas decisões de forma sistemática, então o risco é permanente, e são os mecanismos sociais os primeiros indicadores de que o futuro é um risco presente.

Referências Bibliográficas

Beck, Ulrich (1989). *Sociedad del Riesgo. Hacia una Nueva Modernidad*. Barcelona, Paidós.

Giddens, Anthony (2000). Viver numa sociedade Pós-tradicional. In *Modernidade reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras, Celta Editora.

Luhman, Niklas (1998). *Complejidad y Modernidad de la Unidad a la Diferencia*. Madrid, editora Pedagógica e Universitária.

Renaut, Alain (1999). Nascimento da Modernidade. In *História da Filosofia Política*. Lisboa, Instituto Piaget.

Sousa Santos, Boaventura (2002). *A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência*. Vol. I, Porto, Edições Afrontamento.

Weber, Max (1996). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa, editorial Presença.